

“Congresso deve definir gastos”

“É uma verdadeira violência contra a sociedade o fato de o Executivo ter poderes para ampliar seus gastos sem consultar ninguém.” A declaração, que aparentemente podia ser atribuída a um parlamentar, foi feita ontem pelo assessor especial para assuntos econômicos da Presidência da República, Luiz Paulo Rosenberg, para quem todas as despesas do governo devem ser aprovadas pelo Congresso Nacional, segundo informou a Agência Globo.

Ele foi um dos debatedores da conferência da economista norte-americana Alice Rivlin, que durante oito anos foi diretora de orçamento do Congresso dos Estados Unidos, durante o simpósio “O Legislativo e o orçamento”, promovido pelo Senado Federal e a Embaixada dos EUA.

Rosenberg assinalou que qualquer orçamento público precisa ter três carac-

terísticas básicas — universalidade, transparência e realismo —, devendo tudo ser examinado pelo Congresso, inclusive as despesas não operacionais das empresas estatais. Cada gasto, observou, deve ter uma justificativa clara explicitada no orçamento, deixando transparente também quais serão os beneficiários das despesas. No tocante ao realismo, devem ser listados os recursos efetivamente disponíveis para serem usados.

Ao lado do embaixador Diego Asencio e do vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Paulo Francini, Alice Rivlin disse que os congressistas norte-americanos estão preocupados com os efeitos sobre as economias dos países em desenvolvimento do elevado déficit dos EUA, que pressiona os juros internacionais.